

Governo não fechará conta

Sarney teme parar a Norte-Sul por causa de despesas que a Constituinte prevê

BRASÍLIA — O governo está convencido de que não conseguirá compatibilizar receita e despesa depois de aprovada a nova Constituição e já admite que dificilmente reverterá algumas inovações aprovadas no primeiro turno, exceto nas disposições transitórias. O presidente José Sarney teme que o "buraco" a ser coberto pelos cofres da União impeçam algumas obras de sua administração, como a ferrovia Norte-Sul.

Na avaliação econômica feita ontem no Palácio do Planalto com nove ministros e as lideranças governistas na Constituinte, o presidente chegou ao primeiro número estudado dos custos da nova Constituição: 1,15 trilhão de cruzados. Segundo o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, a quantia ainda é parcial, e pode dobrar se levados em conta os benefícios na área da Previdência Social, com pagamento de milhões de novas aposentadorias. "Isto é apenas a ponta de um iceberg", afirmou o deputado, em tom grave, logo após a reunião, que acabou acontecendo no gabinete do presidente da República.

De acordo com o líder, que coordena a ação do governo na Constituinte, "politicamente estamos convencidos de que vai ser muito difícil, exceto nas disposições transitórias, tirar algum direito já aprovado". A orientação do presidente Sarney é centrar fogo nos artigos 23, 24, 25, 26, 53 e 54, estes dois últimos sobre a anistia aos microempresários e produtores rurais e a anistia fiscal. Só nesta, sobre o perdão dos débitos dos micro e pequenos produtores, aprovada sem repercussão, o "rombo" deve ficar em Cz\$ 776 bilhões, conforme expôs o ministro interino da Fazenda, Paulo César Ximenes, durante a reunião. A cifra assustou o presidente.

O DONO DA CONTA

Se não conseguirem uma fórmula que equilibre despesa e receita e preserve obras previstas para o final do governo, as lideran-

ças governistas devem tomar a iniciativa de negociar a alteração do prazo para revisão da Constituição. Cinco anos, como prevê o projeto constitucional, é um tempo muito longo, na avaliação de Carlos Sant'Anna.

Na próxima sexta-feira, o presidente Sarney deve receber a cifra definitiva além de um estudo técnico do projeto. Ele quer um levantamento "quantitativo e qualitativo" da Constituição, numa operação que conta com a maioria dos ministros e dos órgãos consultivos do governo. "Isto é necessário — concluiu Carlos Sant'Anna — para que se tenha noção do que se está inovando e quem vai pagar a conta." Na reunião de ontem, além de Sant'Anna, participaram o deputado José Lourenço, líder do PFL na Câmara; os líderes do PFL e do governo no Senado, Marcondes Gadelha e Saldanha Derzi; os ministros Antônio Carlos Magalhães (Comunicações), João Batista de Abreu (Planejamento), Paulo César Ximenes (Fazenda, interino), Prisco Viana (Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente), Hugo Napoleão (Educação), Iris Rezende (Agricultura), Borges da Silveira (Saúde) e Ronaldo Costa Couto (Gabinete Civil). Também participaram o consultor-geral da República, Saulo Ramos, o assessor especial do presidente, Thales Ramalho e o subchefe de assuntos parlamentares do Gabinete Civil, Henrique Hargreaves.

DATAS PREFERIDAS

O deputado e relator-geral Bernardo Cabral propôs ao deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, que a nova Constituição seja solenemente promulgada no dia 11 de agosto, data em que se comemora a instalação dos cursos jurídicos no País. Já o relator adjunto, deputado Adolfo de Oliveira, propôs que a promulgação seja no dia 3 de setembro, quando é comemorado o centenário de nascimento do ex-senador Nereu Ramos. Catarinense, Nereu era presidente do Senado quando assumiu a Presidência da República, na deposição de Carlos Luz, e passou o cargo a Juscelino Kubitschek.

Ulysses quer evitar a promulgação no dia 7 de setembro, pois não acha bom coincidir a solenidade com uma data nacional.



Sarney, à saída do Planalto: de olho na contabilidade

Presidente vai à TV criticar a Constituição

BRASÍLIA — O presidente Sarney vai à televisão na sexta-feira para explicar a situação de ingovernabilidade do País com a promulgação da nova Constituição. Ontem, durante reunião ministerial, o presidente deu prazo de dois dias para que os ministros João Batista de Abreu, do Planejamento, e Paulo Cesar Ximenes, interino da Fazenda, apresentem estudo completo do impacto financeiro da Carta.

Ximenes explicou aos demais ministros que ainda não tem os números globais. Mas restringindo-se às disposições transitórias, mostrou que o custo da anistia fiscal é de Cz\$ 776 bilhões, dos quais Cz\$ 270 bilhões já estão em cobrança na Procuradoria da Receita Federal, e Cz\$ 506 bilhões estão em formação de processo. A anistia aos microempresários e produtores rurais é estimada em Cz\$ 310 bilhões.

O ministro Batista de Abreu, segundo a falar, acentuou as perdas orçamentárias: 21% em cinco anos e 17% somente em 1989, ano em que se concentram as principais. Informou que a proposta orçamentária a ser remetida ao Congresso, em agosto, já refletirá a nova partilha. Segundo ele, o orçamento se ressentirá da transferência de US\$ 2 bilhões do Finsocial, antes aplicados em diversos pro-

gramas, para a Previdência. É uma perda de 20% do orçamento do BNDES, montante que vinha do PIS.

Carlos Henrique Santos, porta-voz do presidente Sarney, disse que ele vai usar "tudo o que for possível e estiver ao seu alcance" para que a sociedade saiba o que está sendo concluído no Congresso.

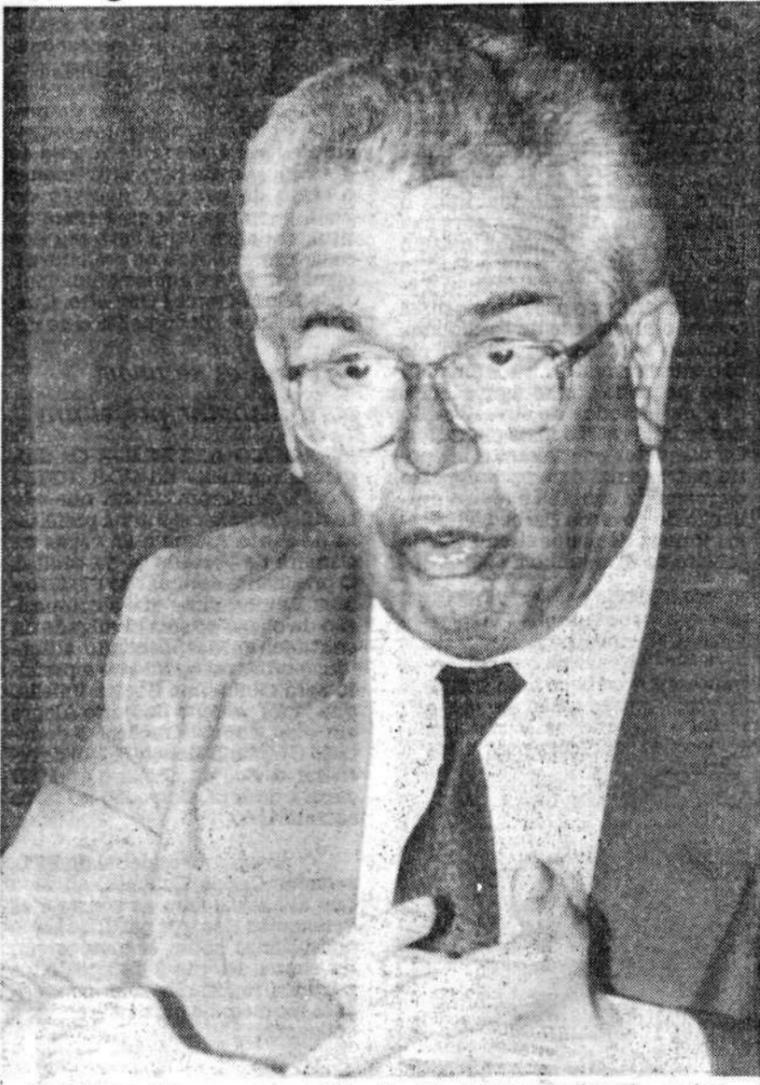
Começam hoje as negociações

BRASÍLIA — No gabinete do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, com a presença do relator Bernardo Cabral, relatores auxiliares, lideranças partidárias e do Centrão, começam hoje os entendimentos em torno das emendas apresentadas para o segundo turno de votação. As lideranças começaram a chegar ontem a Brasília, mas não houve conversações prévias porque a secretaria da mesa ainda não havia distribuído o avulso contendo a classificação das emendas por artigo, o que dificulta a avaliação do seu conteúdo.

Com a chegada de algumas lideranças, foram realizadas reuniões isoladas entre alguns grupos, como o Centrão, cujos coordenadores iniciaram a análise da atual correlação de forças. Os deputados Ricardo Fluzza e Roberto Cardoso Alves examinaram com outros parlamentares quem votou a favor das emendas patrocinadas pelo seu grupo no primeiro turno e quais os constituintes que poderão voltar a fazê-lo, independentemente da origem partidária, nessa fase final da Constituinte.

POUCO MOVIMENTO

Também a liderança do PMDB, através da sua assessoria, completou o levantamento das emendas que receberam parecer favorável do relator Bernardo Cabral. Das 98 emendas apresentadas pela liderança, mais da metade foi acolhida pelo relator. Nos demais partidos, praticamente não houve movimentação. Hoje começa o prazo para a apresentação dos pedidos de destaque para as emendas, e termina amanhã. A secretaria da mesa da Constituinte, deverá dedicar o final da semana à sua classificação, de modo que estejam prontas para votação a partir de segunda-feira, às 14h30.



Cardoso Alves na reunião do Centrão: contando votos

Dificuldades de fechar o acordo irritam Lourenço

BRASÍLIA — O líder do PFL na Câmara, José Lourenço, mostrou-se ontem profundamente irritado com a dificuldade em fechar acordos com o PMDB para o segundo turno de votações da Constituinte. "Há dois tipos de parlamentares, os que querem fazer a futura Carta para a Nação e os que querem fazê-la para a próxima eleição. O PMDB está neste segundo grupo", afirmou o deputado.

O encontro que teve com o líder do PMDB na Constituinte, Nelson Jobim, deixou Lourenço ainda mais descontente. "Não sei mais o que está fechado ou não, eu acreditava que a supressão do voto aos 16 anos estava acertada, mas não estava", destacou o líder do PFL, que ironizou: "Viva a Constituição do PMDB, em que as crianças vão votar mas também vão para a cadeia conviver com os criminosos".

Lourenço não poupou de suas críticas ao multipresidente Ulysses Guimarães, que considerou avançado o texto aprovado até agora. "Qual pai não diz que seu filho é o mais bonito?" O possível caráter do texto também foi posto em xeque pelo parlamentar: "Quem não gostaria de trabalhar só quatro horas, aposentar-se com a melhor situação e outros benefícios? Mas o País não aguenta. O turno de seis horas, por exemplo, significa a contratação de 22 mil pessoas na Siderbrás, mas não aumenta um quilo na produção e provoca desemprego a médio prazo".

Lourenço, que volta a se encontrar hoje com os líderes de outros partidos, ressaltou que é preciso se chegar a um acordo, "mesmo porque eu não tenho maioria, nem o Jobim, e o Centrão acabou".

Indefinição da anistia atrasa os empréstimos

Brasília — O presidente do Banco do Brasil, Mário Berard, afirmou ontem que nenhum produtor rural ou empresário urbano terá acesso a empréstimos na instituição enquanto a Constituinte não decidir a questão da anistia para a correção monetária dos empréstimos tomados por micro e pequenos empresários e produtores rurais, durante o Plano Cruzado. "Ficarão sem crédito, disse Berard mesmo aqueles que não estão enquadrados na anistia e os novos pretendentes.

Enquanto o assunto não for votado no segundo turno na Constituinte, o Banco do Brasil procederá a um levantamento dos dois milhões de contratos que podem ser contemplados com a anistia —

1,3 milhão no setor rural e 700 mil na área urbana — para checar quem já pagou seus débitos. Mesmo que a Constituinte decida pela anistia, aqueles que quitaram seus débitos poderão ter acesso ao crédito, bem como os novos produtores e empresários. "Mas novos financiamentos não serão concedidos para quem não pagar os débitos anteriores, porque o banco não tem dinheiro para jogar pela janela", disse Berard.

De acordo com o presidente do Banco do Brasil, a inadimplência em março último, relativa aos empréstimos concedidos pelo banco, era de apenas 3,5% e pulou para 12% em abril, quando começaram as discussões sobre a anistia.

Empresários fazem reunião em Brasília

RIO — Na tentativa de unir forças para derrubar vantagens trabalhistas obtidas no primeiro turno da Constituinte, 400 filiados à União Brasileira de Empresários (UB) se reunirão hoje, em Brasília, na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Eles discutirão formas de convencer os constituintes a revogarem a liberdade de greve, as seis horas de jornada de trabalho ininterrupto e a licença-paternidade, na votação do segundo turno.

Para negociar a supressão da jornada de seis horas de trabalho e também o direito "irrestrito" à greve, o presidente da CNI, senador Albano Franco (PMDB-SE), terá reunião com o deputado Luiz Inácio Lula da Silva (PT-SF) na

segunda-feira, em Brasília. O senador alega que em nenhuma Constituição do mundo existe determinação do horário de trabalho e que o direito à greve deve ser aceito com alguns "limites". Esses limites seriam determinados por legislação complementar.

Já o pacto social, em discussão por empresários paulistas, não encontra muita receptividade entre os fluminenses. "O governo nunca aceita sua parte do ônus. Sua voracidade é conhecida e só contribui para aumentar a inflação", sentenciou Amaury Temporal, presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Os empresários do Rio julgam mais viável o controle rigoroso do déficit público no combate à inflação.